Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. 08D/M/14

SIMPÓSIO

Homem, cultura e natureza*

Recebido para publicação em 17/10/1983

O homem na Amazônia

ADÉLIA ENGRÁCIA DE OLIVEIRA, Museu Goeldi, Belém, PA.

ABSTRACT. *Man in the Amazon.* Historical data on the human occupation of the Amazon Basin are presented, along with information on the developmental policies applied to the region in the last two decades and the impact of these policies on the environment in general and on *man* in particular. Indians, the first inhabitants of the Amazon, lived in the region without disrupting the equilibrium of ecosystems, whereas the "progress", which is being imposed upon Amazônia, threatens to provoke severe alterations in the fauna, flora, water, soil, air and climate. Such policies, in truth, do not consider the well-being of *man* in the Amazon, leaving aside an experience gained throughout centuries of daily living in contact with *nature.*

RESUMO. Apresentam-se dados históricos gerais sobre a ocupação humana da Amazônia, além de informações sobre as políticas desenvolvimentistas para essa área nas duas últimas décadas e as conseqüências das mesmas sobre o meio ambiente em geral e o *homem* particularmente. Tenta-se mostrar que os índios, seus primeiros habitantes, viveram nessa região sem quebrar o equilíbrio do ecossistema, enquanto que o 'progresso", que agora se pretende impor à Amazônia, acabará por rompê-lo. Tais políticas, na verdade, não levam em conta o bem-estar do *homem* regional, deixando de lado toda uma experiência adquirida há séculos na vivência do dia-a-dia com a *natureza* amazônica.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, que abrange cerca de 42% do território nacional, tem uma característica que é a sua diversidade tanto em aspectos físicos quanto biológicos. Por exemplo, ela tem formas típicas de florestas como as de terra firme, as de várzea e as de igapó. Apresenta também cerrados atípicos, campos, campinas, campinaranas e caatingas do rio Negro. Além disso ela é cortada por rios muito largos, por furos e igarapés, os quais, muitas vezes, são cheios de meandros e possuem as águas pretas, barrentas ou tão límpidas que assumem um tom esverdeado. Os grupos humanos que aí vivem se apresentam com graus de complexidade cultural variados e a formação histórica dos mesmos também foi diversa.

Mas o importante nessa diversidade, que atinge tanto a flora e a fauna quanto os rios, o clima e o próprio homem, é que nenhum outro ambiente da Terra possui tamanha variedade de formas de vida. Como diz Gorayeb (3, p. 1), as "funções que cada uma destas formas desempenha neste complexo ecossistema é um desafio à comunidade científica, pois pouco se conhece para entendê-lo. Cada fungo, cada pequena bactéria, uma exuberante árvore, um ágil pássaro ou uma borboleta, cada um tem sua biologia relacionada com a circulação rápida dos nutrientes na floresta; estão inter-relacionados numa cadeia alimentar complexa e rápida por onde os nutrientes circulam. Assim como uma letra, uma palavra e uma página desempenham funções num livro, de forma ainda mais complexa os seres vivos subsistem em interações dinâmicas, utilizando e transformando os nutrientes, que passam pelos solos, pelas plantas, pelos animais, pelos microorganismos, até retornarem aos solos".

No decorrer deste trabalho o que iremos tentar apresentar, contando um sumário da história do homem nessa região, é que os seus primeiros habitantes nela viveram e vivem sem quebrar esse equilíbrio, enquanto que o pseudoprogresso que se tenta impor a essa área, principalmente nas duas

* Este simpósio, organizado e dirigido pelo prof. N. Freire-Maia, a pedido da SBPC, teve lugar durante a 35a. Reunião Anual da SBPC, realizada em Belém.

Acervo ISA

últimas décadas, acabará por rompê-lo de forma possivelmente drástica. Mostrar, enfim, como o *homem*, através de sua *cultura*, poderá ou não acabar com a complexidade acima descrita e assim quebrar o equilíbrio da *natureza*.

Soubemos que Harald Sioli, em palestras para alunos de pós-graduação[1], costuma mostrar que, do interior de um avião, a visão que se tem das roças indígenas e caboclas, é semelhante a uma picada de alfinete na pele humana que logo se cicatriza sem deixar marcas, enquanto que a devastação levada a efeito pelos grandes projetos que ora se implantam na Amazônia, assemelha-se a feridas que, caso cicatrizem, deixarão marcas indeléveis.

É nossa finalidade, ainda, mostrar que o *homem* deve ser o fim desses projetos e não um dos meios pelos quais o capitalismo cada vez mais avança nessa região levando o "desenvolvimento" apenas para alguns poucos indivíduos ou para outras áreas.

O HOMEM, A TERRA E SEUS PRODUTOS NATURAIS: UMA VISÃO HISTÓRICA

Quando Orellana e seus companheiros (Carvajal, 1941) percorreram pela primeira vez a Amazônia brasileira, saindo de Quito, no Peru, em 1541, e navegando pelo rio das Amazonas até alcançar o Oceano Atlântico, eles encontraram grupos humanos que já aí viviam desde longa data. Esses grupos estavam perfeitamente integrados ao meio ambiente, através de seus sistemas adaptativos, associativos e ideológicos. Com muita probabilidade, esses sistemas deveriam sofrer variações conforme o grupo indígena mas é certo que, mesmo com *culturas* diversas e enfrentando uma *natureza* também diferente, o *homem* que foi encontrado na Amazônia pelos espanhóis mencionados, no século XVI, não depredava o seu ambiente ecológico, retirando apenas o necessário à sua sobrevivência.

O conhecimento que o indígena possuía de seu meio ambiente foi muito útil aos europeus que, nos fins do séc. XVI e início do XVII, vieram para a Amazônia em busca de produtos naturais. Tanto os ingleses e irlandeses que se fixaram principalmente na costa do Amapá e em Marajó, quanto os holandeses que se localizaram no vale do Xingu e os franceses que subiram o Tocantins, vinham em busca de sementes oleaginosas, madeiras exóticas, urucu e peixes diversos, além de se interessarem pelo plantio do tabaco e da cana-de-açúcar. E eram os índios (Aruan e Tupinambá) quem tinham a prática de sobreviver na região, que sabiam contornar as corredeiras, caçar, localizar o produto e transportá-lo.

No dia 12 de janeiro de 1616, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco chegou à baia de Guajará e se instalou numa ponta de terra, chamando ao novo local de Feliz Lusitânia (atual Belém), os índios Tupinambá o receberam pacificamente. As hostilidades entre esses índios e os luso-brasileiros só se iniciaram quando aqueles indígenas resistiram ao comando de Castelo Branco.

Nessa época, as coroas de Portugal e Espanha estavam unidas sob o comando da segunda, e a futura cidade de Santa Maria de Belém era o ponto extremo do domínio da coroa de Portugal. Através de uma ação politicamente planejada, Portugal foi ocupando paulatinamente o território a oeste, até conseguir os limites atuais. A terra, o mercado do açúcar, das "drogas do sertão" (cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, sementes oleaginosas, raízes aromáticas, puxuri, baunilha) e das madeiras eram o objetivo maior dessa ação colonial. Mas enquanto combatiam e afastavam os ingleses, irlandeses e holandeses, os colonizadores notaram que havia um empecilho à sua caminhada: os índios. Estes, tentando impedir a invasão de suas terras, começaram a ser hostis. Os missionários, então, foram chamados para descê-los de suas aldeias para povoações religiosas, as quais deram origens a vários núcleos populacionais da atualidade. Além dos descimentos, as "guerras justas", as "tropas de resgate" e as doenças, acabaram por deculturar e extinguir grande parte da população indígena que vivia na Amazônia. Com a ação missionária, a superioridade de suas armas e a letalidade de suas doenças, os portugueses conseguiram dizimar vários grupos tribais não só do ponto de vista físico mas também cultural.

Aos primeiros combates travados nas aldeias de Cumã, Caju, Mortigura (Conde), Iguape, Guamá, sucederam-se massacres no Tocantins e no Pacajá. Em outros locais, como o Tapajós, o Madeira, o Xingu, o Rio Negro, e em quase todos os

1. A informação nos foi dada por Inocêncio de Souza Gorayeb, pesquisador da área de entomologia do Museu Goeldi, a quem agradecemos, ainda, por comentários gerais sobre o texto. Cf., também, Sioli (10).

Acervo ISA

rios mais navegáveis da Amazônia, ocorreram, durante a fase da expansão portuguesa, combates que levaram grupos inteiros à extinção. Os Tupinambá, por exemplo, desapareceram, em 1619, na faixa que ia desde Tapuitapera, no Maranhão, até a foz do Amazonas[2].

Esses Tupinambá, entretanto, foram as pessoas que desde a chegada de Castelo Branco haviam contribuído ativamente para a implantação do domínio português no mundo amazônico. Com seu conhecimento da natureza, eles ajudaram os colonos e os militares a subsistir nessa região e, com o auxílio de seus braços, construíram as obras que os levaram a fixar-se nessa área. Eram também remeiros e trabalhavam na coleta das "drogas do sertão", na salgação de peixes e em tudo que os colonos, os missionários e os militares precisavam para viver na Amazônia. A cultura do colonizador era imposta na aldeia, na vila e na sede da capitania. Houve, inclusive, a substituição das diversas línguas indígenas pelo nhengatu, que era o tupi gramaticado pelos missionários. Essa língua até hoje persiste, principalmente na área do rio Negro. Mas traços diversos da cultura indígena também foram passados ao colonizador, ajudando-o, assim, a sobreviver. E, das regiões brasileiras, a Amazônia é a que mais conserva esses traços, o que testemunha que, para viver nessa área, o português necessitou não só do braço indígena mas também de sua *cultura*.

Muitos grupos rebelaram-se contra esse avanço do português e foram trucidados. Outros, porém, internaram-se cada vez mais na mata.

No século XIX, essa situação dizimativa e deculturativa continuou a ocorrer quando um novo produto foi buscado: a borracha. Entre aproximadamente 1840 e 1910 essa goma elástica atraiu para a Amazônia um grande contingente de imigrantes nordestinos, além de estrangeiros. "Saindo à procura de seringueiras nativas, os extratores brasileiros conseguiram aumentar o patrimônio territorial do Brasil com a anexação do Acre e, chegando à região, sempre em levas crescentes, os migrantes ampliaram o contingente demográfico da Amazônia que, em 1820, foi estimado ao redor de 137.000 habitantes; em 1870 passou para 323.000; em 1900 alcançou cerca de 695.000 e, em 1910, chegou a atingir 1.217.000 indivíduos. Mas, enquanto crescia a população dita civilizada, diminuía a indígena, com a retração de suas terras" (7, p. 80). Expulsos de um território tradicionalmente ocupado quando lá mesmo não foram mortos por grupos armados de "civilizados" ou engajados compulsoriamente na extração do látex, sendo usado como "índio-remo", "índio-piloto" e "índio-bússola", para empregarmos as imagens de Ribeiro (8), os grupos mais expostos como os da área Juruá-Purus, Madeira e médio Xingu, foram levados à extinção física e cultural.

Quando, ao redor de 1870, a procura da borracha começou a crescer mais do que a oferta, o que fez com que os preços subissem e houvesse o aparecimento de países concorrentes como a índia e a África (Serra Leoa), fizeram-se tentativas, na Amazônia, de estimular a vinda de brasileiros e estrangeiros para uma colonização agrícola. Mas, como é do conhecimento geral, essas tentativas falharam e parte dos imigrantes foi encaminhada para a extração do látex.

Muitos vieram para a Amazônia trabalhar também nas atividades do setor bancário, de transportes urbanos, comércio e outras.

Acredita-se que, somente com relação à migração nordestina, entre 1872 e 1910, hajam entrado na Amazônia cêrca de 300.000 indivíduos. Vieram também da Bahia, do norte de Goiás, do Maranhão e do estrangeiro. Para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, deslocaram-se para essa região indivíduos das Antilhas, de Barbados, da Espanha, de Portugal, da Grécia, da Itália, da França, da Índia, da Hungria, da Polônia, da Dinamarca e outros países. Só na fase brasileira da construção, foram contratados cerca de 22.000 indivíduos[3].

Foi por essa época que a Amazônia começou a perder sua face essencialmente indígena. Os índios tiveram seus territórios envolvidos, diminuídos e comprimidos pela ocupação extrativista que, nessa época, além da borracha, se fazia também com relação à castanha-do-pará, o óleo de copaíba e outros produtos mais, e também se desorganizaram nos níveis social, econômico e religioso. Assim, durante essa fase de ocupação da Amazônia, grande parte dos grupos tribais perdeu sua *terra*, sua *cultura* e sua *vida*. Mas, apesar dessa atividade predatória que foi a coleta da borracha, principalmente no caso do cau-

2. Cf. Oliveira (7).

3. Sobre esse período de expansão gumífera, consulte-se Santos (9).

Acervo ISA

cho, a *natureza* ainda não tinha sido duramente atingida na Amazônia.

O importante, ainda, nesse período, é que, além dessa região começar a perder suas características essencialmente indígenas, houve o enriquecimento de um grupo reduzido, com o surgimento de uma classe social abastada, sem que tenha havido desenvolvimento econômico e social na Amazônia. Uma minoria vivia um período faustoso, continuando, como no período colonial, a ter mais ligações com a Europa do que com o resto do Brasil, enquanto que a maioria, os seringueiros, para não falar agora dos indígenas, sofriam um regime disfarçado de escravidão.

"A prosperidade atingida por uns poucos indivíduos que formavam a elite política, a qual vivia em confraternização com o empresariado estrangeiro que controlava as operações comerciais, foi de curta duração e não deixou marcas a não ser pelas grandes obras públicas como o Teatro da Paz, em Belém, e o Teatro de Manaus, além de residências grandiosas. A maioria, aquelas pessoas que realmente trabalhavam nos seringais coletando a goma elástica, essa vivia na miséria, com impaludismo e disenteria, sem distrações, isolada, com falta de mulheres, pois, geralmente, o nordestino veio sozinho, sem família, o que levou, aliás, a problemas de homossexualismo e de bestialismo, carente, portanto, de amor, de alimentação, de companhia, de distração, de atendimento médico e outros mais" (7, p. 91).

Assim, no final do século XIX e começo do XX, as terras e os produtos naturais da Amazônia continuavam a ser intensamente procurados, mas, apesar dela haver crescido demograficamente e de ter tido um desenvolvimento urbano, o qual não atingiu a esfera social e econômica, a atividade humana nessa área ainda não chegava a ameaçar o equilíbrio da mesma.

Posteriormente, com as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, ativadas principalmente a partir das duas últimas décadas, esse equilíbrio passou a ser profundamente ameaçado, conforme tentaremos mostrar no item seguinte. Continua a haver a extração da borracha, das madeiras e de outros produtos naturais, mas a terra passou a ser procurada para grandes empreendimentos de mineração, construção de hidrelétricas, projetos agropecuários e atividades de especulação. O *homem*, agora, com seu avanço tecnológico, com sua *cultura*, fatalmente quebrará a harmonia existente na *natureza* amazônica, afetando-o.

AS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS PARA A AMAZÔNIA A PARTIR DE 1960 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A REGIÃO[4]

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, iniciou-se a mais forte investida da expansão interna na região amazônica, liderada por grandes grupos empresariais. E o asfaltamento dessa rodovia, no final da década, juntamente com a construção de estradas estaduais, contribuíram para aumentar bastante o fluxo de imigrantes em direção a essa área.

Depois do movimento de 64, o Governo tomou várias medidas como estratégia para o desenvolvimento da região que estamos focalizando. Os projetos desenvolvimentistas tiveram seu poder de coordenação regional aumentado com a modificação da SPVEA em SUDAM. O *Banco de Crédito da Amazônia*, sendo transformado em *Banco da Amazônia*, adquiriu mais poderes e mais recursos. A criação de uma Zona Franca, em Manaus, supervisionada pela SUFRAMA, tinha por finalidade desenvolver a Amazônia Ocidental, atraindo interesses econômicos e financeiros para a área. A transferência do Comando Militar da Amazônia, situado em Belém, para Manaus, possuía como objetivo a interiorização do centro do poder militar da região. Houve, ainda, um aumento de 50% para 75% na possível participação dos incentivos fiscais sobre o custo total do projeto, tendo os mesmos sido estendidos às empresas estrangeiras.

Já na década de 70, tentou-se realizar uma integração Leste-Oeste, com a finalidade de colocar os recursos da Bacia Amazônica ao desenvolvimento da economia do país. Deu-se o "lançamento do *Programa de Integração Nacional* (PIN), através do Decreto-Lei nº 1.106, de 16/06/70, o qual, sob uma visão integracionista da nação, objetivava melhorar as condições para a expansão do capital e para minimizar a crise de desemprego no Nordeste e no Centro-Sul, assentando, em projetos de colonização, migrantes dessas duas áreas. A integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a finalidade era fazer uma união

4. Cf. Oliveira (7).

Acervo ISA

entre áreas menos e mais desenvolvidas, do Norte e do Sul, e trazer a mão-de-obra não qualificada do Nordeste para utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia e do Planalto Central" (7, p. 127). Investiu-se na montagem de uma infra-estrutura econômica interna para a Amazônia e deu-se um grande desenvolvimento às obras de viação nessa área. Projetaram-se, então, duas rodovias: *a)* uma, que ficava ao sul do rio Amazonas, e que ligaria o Nordeste à Amazônia – a *Transamazônica* (BR-230), complementada pela *Cuiabá-Santarém* (BR-165), a qual faria a sua ligação com o centro sul; *b)* a outra, conhecida por *Perimetral Norte*, ficava ao norte do rio Amazonas. "Pretendia-se, na verdade, que o sistema hidro-rodoviário da Amazônia fosse concretizado através de três vias transversais, no sentido Leste-Oeste: o rio Amazonas e as rodovias *Perimetral Norte* e *Transamazônica*, que seriam cortadas por outras vias diagonais, longitudinais e radiais, formando uma rede de rios navegáveis e de estradas terrestres" (7, p. 127).

No ano seguinte, em 1º de junho de 1971, lançou-se o *Programa de Redistribuição de Terras* (PROTERRA), que complementava o PIN. Ambos pretendiam incentivar o setor agrícola, rural.

Quando o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (I PND) – 1972/74 – foi lançado, deu-se muita ênfase aos objetivos do PIN e do PROTERRA, que eram a integração, a ocupação humana e o desenvolvimento econômico. As supostas complementariedades sócio-econômicas entre o Nordeste e a Amazônia continuavam a ser destacadas. E o ponto de partida para a concretização dessas metas foi a colonização das rodovias *Transamazônica* e *Cuiabá-Santarém* por elementos trazidos do Nordeste. Ao mesmo tempo fez-se um mapeamento da Amazônia através de aerofotografia e estudos complementares, de maneira a se obter um inventário dos minerais, solos e vegetação da região amazônica (Projeto RADAM).

Mas como os projetos de colonização começaram a falhar, em 1973 as grandes empresas passaram a assumir a tarefa de "desenvolver" a área amazônica. Com isso aumentou a penetração da pecuária e dos grandes latifúndios, cuja posse se fez tanto de forma legítima quanto ilegítima. A finalidade era para fins de criação, de reserva de valor e de especulação. Com esse avanço, a situação dos grupos indígenas e da pequena propriedade familiar foi ficando cada vez mais precária e os conflitos pela posse da terra se acentuaram.

Quando foi lançado o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* – 1975/79, durante o Governo Geisel, a Amazônia deixou de ser vista como uma "área-problema" para ser encarada como uma "fronteira de recursos". Tal fato propiciou uma expansão cada vez mais forte do capitalismo na região e o seu "desenvolvimento" passou a ser dirigido pela grande empresa privada.

Entre os programas lançados destacou-se um, referente à criação de pólos de crescimento na região – o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), o qual foi detalhado em termos programáticos pela SUDAM em seu *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia* (II PDA). Com esse programa fortaleceu-se a aliança entre o Estado e a empresa privada, tanto nacional quanto estrangeira, na condução do processo de ocupação dos espaços vazios na área amazônica e de seu "desenvolvimento". Seu objetivo era e é ampliar a exploração dos recursos naturais da região e, com os mesmos, abrir novas frentes para a conquista de mercados externos. Dessa forma, desenvolveu-se a pecuária, as potencialidades hidrelétricas da área estão sendo aproveitadas e os recursos existentes no solo e na floresta estão cada vez mais sendo procurados.

Esse programa previa, inicialmente, a ação coordenada da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), dos diversos ministérios envolvidos, dos governos dos estados e territórios da região Amazônica e da iniciativa privada em 15 áreas, as quais constituiriam objeto de planos de desenvolvimento integrado. Em 1979 a área da SUDAM foi acrescida de mais um pólo, o XVI – PROMAM (Médio Amazonas) e, em 1981, a área da SUDECO foi acrescida de mais um programa, o POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), que compreende a zona de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, ou seja, o oeste e o noroeste do estado de Mato Grosso e o território federal de Rondônia. Nessa região tem havido um grande fluxo de migração, o qual se destina ao setor agrícola. De 1970 a 1980 a população dessa área cresceu de 330.000 para cerca de 980.000 habitantes e as estimativas recentes dão um total de 2.000.000 de habitantes para 1985. O POLONOROESTE, então, além de razões de ordem econômica e social, visa, tam-

Acervo ISA

bém, uma racionalização do povoamento da área.

A implantação das atividades programadas pelas políticas que acabamos de descrever deu origem a um grande fluxo migratório para a região, acompanhado de novas tecnologias, o que está pondo em risco o equilíbrio da *natureza*. Mas o III Plano Nacional de Desenvolvimento – 1980/85 — menciona a necessidade de se "promover a exploração racional e não predatória de novas áreas, como, por exemplo, da Amazônia".

Todavia, se levarmos em conta que:

A) com os migrantes que se deslocaram para a Amazônia, atraídos pela implantação de vários projetos, vieram tambem as doenças, dando-se uma troca de endemias entre os que nela já residiam e os que para ela se dirigiram, ocorrendo, então, uma integração da doença;

B) o assentamento de colonos para as áreas das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, apesar de ser um projeto intensamente programado, foi bastante complexo e acabou por não surtir o efeito esperado. Apesar das diversas explicações fornecidas para o inexpressivo resultado dessa colonização programada, "parece que a essência do problema estava em fatores de ordem ecológica, uma vez que não se podia transformar, repentinamente, imigrantes nordestinos ou sulinos em prósperos fazendeiros, numa área que diferia daquela de onde provinham. Parece, também, que na programação da colonização não se levou em conta o tipo de solo e dos problemas ecológicos pertinentes à floresta tropical úmida. Basicamente, a limitação mais séria encontrada para o sucesso da implantação da agricultura foi o decréscimo rápido da fertilidade do solo, que, após 3 anos, necessita de um nível de adubação que é antieconômico naquelas condições". Também a assistência técnica para o migrante foi insuficiente, além de ter havido dificuldades no armazenamento e na escoação do produto (7, p. 129-130). Veja-se também o que está ocorrendo na BR-364, envolvendo os índios Nambikwára;

C) atraída pelos programas desenvolvimentistas, a grande empresa resolveu tomar posse da terra mas, como a condição para beneficiar-se da política de incentivos fiscais era a ocupação efetiva do local, os grandes empresários estrangeiros ou do Centro-Sul resolveram ocupar a terra sem se importar se ali viviam índios ou outros grupos de pequenos produtores, os quais foram expulsos violentamente, gerando graves problemas sociais. Todavia, tal fato tem provocado reações por parte dos que já habitavam nos locais invadidos, em várias regiões da Amazônia, como, por exemplo, o sul do Pará, o que é uma forma de resistir à expansão das grandes empresas;

D) o interesse das grandes empresas pela agricultura está diretamente ligado aos incentivos governamentais, dando como conseqüência muito desmatamento e pastos e campos praticamente vazios, fazendo com que seus investimentos sejam apenas especulativos;

E) as grandes barragens já em execução ou em estudo na Amazônia, como as de Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Xingu (PA), que já vem afetando e afetarão as aldeias e a sobrevivência tanto física quanto cultural de grupos tribais como os Parakanã, no caso de Tucuruí; os Waimiri-Atroari, no caso de Balbina, e cerca de quarenta que serão direta ou indiretamente atingidos pelo complexo hidrelétrico que está em estudo na área do Xingu;

F) o fluxo migratório se intensificou de tal ordem numa área que, ao invés de estimular a colonização, o INCRA passou a supervisionar a implantação dos projetos de colonização, como ocorreu e ocorre em Rondônia, onde a população, segundo os dados preliminares do Censo de 80, cresceu entre 1970 e 1980, de 113.659 pessoas para 492.744, gerando conflitos pela posse da terra, a qual se tornou uma mercadoria que rapidamente muda de dono. O PIC (Projeto Integrado de Colonização) de Ouro Preto, por exemplo, que inicialmente tinha sido planejado para absorver cerca de 300 famílias, até agosto de 1979 já tinha recebido 5.500 famílias, sem contarmos aqueles moradores que trabalham provisoriamente nas parcelas de terra já demarcadas, esperando ter acesso ao lote ou aqueles que servem de mão-de-obra eventual (7, p. 151)[5].

G) a migração campo-cidade, ocasionada pela possível e/ou fictícia facilidade de emprego, em conseqüência dos projetos implantados nessas áreas, ou pela expulsão do campo por causa desses mesmos projetos, deu como resultante um incremento demográfico principalmente em Manaus, Belém, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Tal crescimento, no entanto, ocorreu em detrimento de pequenas cidades e vilas da Amazônia que, praticamente dizendo, estão a desaparecer. E, pelo que pudemos observar em Manaus

5. Sobre Rondônia cf. Calvente (1) e Hébette e Acevedo (4).

Acervo ISA

e Belém, na área periférica estão surgindo aglomerados sem infra-estrutura urbana adequada;

H) o Programa Grande Carajás (PGC) ou Carajazão que deverá abranger cerca de 900.000 km^2, localizados na Amazônia Oriental (Maranhão, partes do Pará e Goiás) deverá atingir de formas diversas cerca de 10.000 índios, de 15 grupos tribais[6] e é questionável se o "desenvolvimento" inevitável irá assegurar o bem-estar de toda a população que dele participa;

I) a implantação do pólo metalúrgico da Albrás-Alunorte, no município de Barcarena[7], para a industrialização da bauxita do Trombetas, está expulsando de suas terras *homens* que ali viviam com uma *cultura* herdada do indígena, independente de sua origem étnica. Esses homens, cuja unidade de produção era a família, que pescavam, caçavam, praticavam a agricultura e a coleta de produtos florestais, sem possuírem problemas de desemprego, de prostituição e outros similares, viram-se de repente desorientados com as medidas tomadas para a implantação do projeto mencionado, o qual explora os recursos naturais da região amazônica, destinando-se à produção para a exportação. Enquanto algumas famílias deverão ser assentadas no Projeto como mão-de-obra assalariada, outras começaram a migrar dentro da própria área e, como não encontrassem um local onde pudessem recompor suas atividades agrícolas, de caça, de pesca e de coleta florestal, começaram a favelar-se em locais como a Vila do Conde, ou a sede do município, ou mesmo Belém. Como diz Leal (6, p. 18): "em um espaço de tempo extremamente curto, desarticulou-se por completo a organização social que existia nas áreas desapropriadas, e os pequenos lugarejos e aglomerações humanas que formavam os núcleos das comunidades caboclas, agrupadas via um sistema de parentesco, sumiram, desarticulando-se as próprias famílias sobre as quais se formavam";

J) enfim, toda a instalação, mediante incentivos, de grandes empresas nacionais e multinacionais que revolvem o solo à procura de minerais, que desmatam grandes áreas para projetos agropecuários e industriais, que se dedicam a atividades extrativistas, como a coleta de seringa ou madeiras, que inundam áreas onde vivem índios e caboclos, onde há uma flora e uma fauna específicas, sem *na realidade* estarem pensando no bem-estar do *homem* regional. Medidas são tomadas mas elas só levam em conta o que o alienígena acha que é certo e não o que o nativo pensa e deseja, deixando de lado toda uma experiência adquirida há séculos na vivência do dia-a-dia com a *natureza* amazônica; verificamos que a maior, mais exótica e mais complexa região de floresta tropical úmida já está sendo afetada por atividades predatórias do *homem* e a finalidade almejada, que é o povoamento e o desenvolvimento da área, não está sendo conseguida da forma até agora planejada, uma vez que muito poucos empregos permanentes foram criados, não se resolveu o problema da crise agrária do Nordeste e do Centro-Sul e não se atingiu o objetivo de *bem-estar* para as populações regionais. O que tem acontecido, como vimos resumidamente, é que a violência e a miséria crescem cada vez mais, com o surgimento de conflitos pela posse da terra e as condições de infra-estrutura econômica e social sobre os serviços públicos tornaram-se, em muitos casos, absolutamente precárias.

6. Cf. Ferraz (2).
7. Cf. Leal (5, 6).

EM CONCLUSÃO

Pensamos que seria utópico desejar que a Amazônia voltasse a um período anterior e não fosse ocupada, mas acreditamos que os conhecimentos já adquiridos e por adquirir sobre essa área poderão evidenciar a forma de se utilizar racionalmente os recursos naturais, especialmente os renováveis, da região amazônica. Além disso, medidas que não atendam a interesses externos e que realmente coloquem o *homem* como a finalidade dessa ação acabarão por assegurar o bem-estar de *toda* a população que aí vive.

REFERÊNCIAS

1. Calvente, Átila Torres. 1980. *Formações não capitalistas no movimento de ocupação da Amazônia: Colonização agrícola em Rondônia – 1970/1980.* Brasília, 184 p., datilogr. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Economia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.
2. Ferraz, Iara. 1982. Os índios pagam primeiro e mais caro. *Ciência Hoje*, Rio, *1* (3) : 51-53.
3. Gorayeb, Inocêncio de Sousa. 1983. *Amazônia: complexo e frágil ecossistema.* Ms.

Acervo ISA

4. Hébette, Jean e Acevedo, Rosa E. 1982. *O Estado e a reprodução social – Ariquemes – Rondônia.* Belém, UFPA-NAEA. 73 p. (Série Seminários e Debates, 9.)

5. Leal, Aluizio Lins. 1982. O caso Albrás – Alunorte. Os primeiros impactos sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia. *Ciência da Terra*, nº 5, 49-59.

6. Leal, Aluizio Lins. 1983. As comunidades rurais de Barcarena e a arrancada do Progresso. Ms, 32 p.

7. Oliveira, Adélia Engrácia de. 1983. A ocupação humana. *In* Salatti, E. *et al.* – *Amazônia.*

8. Ribeiro, Darcy. 1979. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 509 p.

9. Santos, Roberto Araújo de Oliveira. 1977. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo. 2 v. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre.

10. Sioli, Harald. 1970. Ecologia da paisagem e agricultura racional na Amazônia Brasileira. *In* Simpósio de Biologia Tropical Amazônica, 2. Bogotá, Associação de Biologia Tropical.

Sociedade e cultura: os Cinta-larga e o exercício do poder do Estado

CARMEN JUNQUEIRA, PUC, SP.

RESUMO. O estudo do caso Cinta-larga mostra como a política indigenista oficial cuida de abrir espaço para a introdução e manutenção de relações de trabalho estranhas à comunidade, ameaçando seriamente a organização e a estrutura tribal.

O objetivo deste texto é mostrar alguns aspectos da dinâmica da relação entre a sociedade nacional e grupos indígenas, através da experiência vivida pelos Cinta-larga em 10 anos de contacto com agentes da Funai na fronteira centro-oeste[1].

QUEM SÃO OS CINTA-LARGA?

A denominação genérica Cinta-larga abrange vários grupos caçadores e coletores, com agricultura incipiente, e que se distribuem na parte leste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso.

Em 1971 a Funai (Fundação Nacional do Índio) instalou postos de atração e vigilância na área e a partir de 1972 começaram a se estabelecer contactos mais regulares entre funcionários e índios. Atualmente, o Parque Indígena do Aripuanã presta assistência à população através de três postos: Posto Indígena Roosevelt, Posto Indígena de Atração Serra Morena e Capitão Cardoso. Parcela da população ainda não foi contactada e vive em aldeias dispersas pela região.

Os diversos grupos Cinta-larga (Kabã, Kakĩ, Mã e Ubiei), de filiação patrilinear, mantêm relações entre si e fazem troca de mulheres. A política de alianças matrimoniais assegura a integração intergrupal ao mesmo tempo em que gera conflitos guerreiros. A cultura tradicional é bastante rica e não foi afetada de modo acentuado pelo aumento de contato com a fronteira centro-oeste.

Para efeito de exposição, é possível distinguir duas modalidades de organização do trabalho entre os Cinta-larga: *1)* as expedições que reúnem uma ou mais famílias, e *2)* as atividades que se realizam individualmente ou com um ou dois parceiros.

1) As expedições podem durar dias, semanas ou meses e, embora organizadas com objetivo es-

1. O desenvolvimento da pesquisa de campo contou com a ajuda financeira da FAPESP, de 1979 a 1981, e com o apoio institucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, até a presente data.